

**PROGRAMA UNIFICADO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DE  
GRADUAÇÃO USP [2017-2018]**

**CULTURA E EXTENSÃO**

**Profª Drª Catharina Pinheiro C. S. Lima** | Departamento de Projeto da  
Faculdade de Arquitetura Urbanismo e Design [AUP-FAUUSP]

**TERRITÓRIO DA AUTONOMIA: PAISAGEM, ACESSO À TERRA E  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

## **ÍNDICE**

<b>2. Resumo</b>	<b>2</b>
<b>3. Contexto, finalidade e relevância</b>	<b>3</b>
3.1. Contexto do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta	3
3.1.1. Grupo de trabalho e articulações	4
3.2. Finalidade e relevância	6
<b>4. Objetivos</b>	<b>12</b>
4.1. Objetivo geral:	12
4.2. Objetivos específicos:	12
<b>5. Materiais e métodos</b>	<b>13</b>
<b>6. Ações e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos(as) bolsistas</b>	<b>15</b>
6.1. Etapa 1: Preparação das bases	15
6.2. Etapa 2: O imaginário coletivo sobre o território: Dinâmicas de diagnóstico e projeto participativo	15
6.3. Etapa 3: Fechamento e sistematização	16
<b>7. Resultados esperados e indicadores de acompanhamento</b>	<b>16</b>
<b>8. Cronograma de execução</b>	<b>18</b>
<b>9. Outras informações</b>	<b>19</b>

## 2. Resumo

Este projeto de extensão universitária objetiva estudar, desenvolver e praticar metodologias de planejamento em projetos participativos junto aos os estudantes envolvidos, para que estes possam auxiliar as famílias do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta na elaboração de um plano de massas para o projeto do futuro assentamento rural.

Localizada em Perus, município de São Paulo, a terra, onde está situado esse acampamento, é de propriedade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), e vem sendo ocupada desde 2002 pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Atualmente, a fim de regularizar a situação fundiária do terreno, estão em andamento negociações entre a empresa, o governo e o movimento.

Tendo em vista a consecução desses desígnios, propõe-se neste: I) iniciação na formação de um arcabouço teórico, metodológico e prático com os estudantes a respeito de processos projetuais de planejamento participativo, II) auxílio e acompanhamento às famílias no processo de regularização fundiária; III) incentivo à consolidação da área como espaço de produção agrícola familiar de base agroecológica dentro do município de São Paulo e IV) engendramento de ações visando a conformação de uma região de preservação da paisagem e regeneração ambiental, bem como de amortecimento da expansão urbana.

O presente projeto é uma iniciativa do Grupo de Construção Agroecológica e do Coletivo Caetés, ambos formados por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em parceria com o Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da mesma universidade.

### 3. Contexto, finalidade e relevância

#### 3.1. Contexto do acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta

A Comuna da Terra Irmã Alberta é um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada a sul do km 28 da Rodovia Anhanguera, na Zona Norte do Município de São Paulo. A área na qual está situada a Comuna, pertence ao Distrito Anhanguera, na Prefeitura Regional de Perus, fazendo divisa com os municípios de Santana do Parnaíba, Cajamar e Caieiras.

Nesse passo cumpre mencionar que essa região compõe a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV) que por sua vez faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) (Decreto Estadual nº 47.094/02), sendo esta última uma das regiões prioritárias para o plano de regeneração e preservação ambiental dos ecossistemas globais (UNESCO, 1993).

A terra que hoje ocupa o acampamento foi desmembrada da Fazenda Ithayê em 1998 (Decreto Municipal 43.124/98) e destinada à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para a construção de um aterro sanitário. Passados quatro anos a área ficou em situação de abandono, vindo, em julho de 2002, a ser ocupada pelo MST.

O acampamento integra uma proposta recente do MST para assentamentos da reforma agrária: as chamadas Comunas da Terra. Tais áreas, situadas nas proximidades de grandes centros urbanos, apontam para uma nova forma de relação campo-cidade, tendo sido adotadas como estratégia visando massificar a luta pela terra e aproximá-la aos trabalhadores urbanos. Além disso, essa estratégia aponta para uma nova forma de ocupação do solo das periferias

das grandes cidades, aliando preservação ambiental, produção alimentar de base agroecológica e interação com elementos do meio urbano.

Localizadas em regiões peri-urbanas, essas comunas são menores em área, em relação aos assentamentos rurais tradicionais. Desse modo, há maior proximidade entre os lotes, de modo que as famílias estejam espacialmente próximas e conectadas aos espaços coletivos comuns. Cada família possui seu lote de produção, mas também existem áreas de produção coletivas, onde todos podem plantar. (GOLDFARB, 2007)

Em 2017, após 15 anos de ocupação, a situação jurídica da gleba ainda se encontra irregular. Há uma negociação em andamento entre o MST, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e a SABESP. A regularização fundiária para a formação de novos assentamentos rurais se dá por meio da compra do título dessa propriedade pelo governo (ITESP) que por sua vez indeniza o proprietário (SABESP) para a aquisição da área e então procede ao assentamento das famílias.

Estima-se que a negociação dessa área e consequente regularização fundiária seja realizada em um período de curto a médio prazo. Com a formalização da posse da terra, possibilita-se tanto o acesso a políticas públicas de auxílio à agricultura familiar e habitacionais destinadas à consolidação de moradias dignas nos lotes, quanto à construção de equipamentos públicos (educação, saúde), além de representar um considerável avanço na preservação da paisagem e do meio ambiente.

### 3.1.1. Grupo de trabalho e articulações

Ao longo dos quinze anos de existência do acampamento, o engajamento da sociedade civil na defesa e fortalecimento do espaço tem se mostrado fundamental. Tal

envolvimento se deu espontaneamente e se expressa hoje pela atuação do GAIA (Grupo de Apoio ao Irmã Alberta), grupo que organiza ações junto ao setor de produção e infraestrutura da Regional São Paulo do MST de suporte e solidariedade ao acampamento. O referido GAIA é composto de outros coletivos e pessoas da sociedade civil.

A atuação da universidade pública, por sua vez, em prol da comunidade se dá através da extensão. Nesse contexto a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP) por meio dos seus grupos de extensão e laboratórios têm cultivado um histórico de atuação junto à movimentos populares do campo e da cidade.

Desse modo, este projeto ocorre a partir da articulação do GAIA com o Grupo de Construção Agroecológica (GCA), o Coletivo Caetés e o Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LabParc). Esses grupos são formados por estudantes da graduação, pós e pesquisadores, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), destacando-se por uma trajetória de experiências em trabalhos e pesquisas com escopo social.

O referido GCA atua desde 2014 em diversos trabalhos de extensão universitária voltados para o fortalecimento de grupos e movimentos sociais organizados. O grupo propõe uma matriz agroecológica frente a produção da arquitetura e do design, o que redundará em: 1) Repensar as relações entre ser-humano e natureza; 2) Repensar as relações de trabalho; 3) Buscar a autonomia no processo de produção da arquitetura e do design, propondo meios técnicos que priorizem fontes de materiais locais e renováveis.

O Caetés é um coletivo de estudantes de graduação formado no primeiro semestre de 2016 na FAUUSP. Consolidou-se como coletivo como resultado da união de estudantes com interesse em atuar diretamente com a sociedade, fazendo transpor, além dos limites da Universidade, os conhecimentos aqui produzidos.

Além disso, o grupo Caetés, visa promover a formação coletiva, tanto de seus membros quanto de outros atores envolvidos com o grupo, através dos projetos, espaços de debate e vivência.

O Laboratório Paisagem, Arte e Cultura (LabParc) desenvolve pesquisas, levantamentos e intervenções na paisagem urbana com ênfase em seus espaços livres públicos. Entre seus temas de investigação incluem-se: paisagismo, cultura e contemporaneidade; ações projetuais e propostas metodológicas; projeto e modos de apropriação dos espaços públicos; arte urbana e suas relações com o mesmo. Abriga o Grupo de Pesquisa GP-LabParc, certificado pelo CNPq

### 3.2. Finalidade e relevância

Tendo em vista o contexto apresentado, este projeto de extensão tem como objetivo principal constituir um processo. Nos seguintes termos: trilhar um caminho participativo e democrático rumo à elaboração de um plano de massas para o futuro assentamento Comuna da Terra Irmã Alberta.

Nesse processo - entendendo cada participante envolvido como ser-humano pleno, dotado de história, saberes próprios, limitações, e que deve ser sujeito de sua própria autonomia (FREIRE, 96) - espera-se, além de muita troca de conhecimentos e práticas, produção de conhecimento novo.

Outrossim, busca-se aliar o pragmatismo em face à necessidade da produção agrícola à sensibilidade em face à subjetividade que subjaz à construção coletiva da paisagem. Essa última entendida como “campo de presença”, extensão do mundo compartilhado, que está entre o visto, o vivido e a construção cultural. Um “estar-sendo” ativo no presente atual, tanto

quanto em “um passado imediato e um futuro próximo”. Envolvendo, simultaneamente, os sujeitos, seu meio, cultura e percepção (LIMA & ARANHA, p. 195, 2017).

Nesse processo a transversalidade inerente às premissas da agroecologia se fazem fundamentais, uma vez que considera a parte e o todo holisticamente, o contexto de cada tempo e lugar, a subjetividade dos sistemas sociais e naturais e a pluralidade de pensamento como a única forma de compreender sistemas complexos (ALTIERI, 99).

É de se ressaltar, dessa forma, que o processo de elaboração do Plano de Massas visa a consolidação e o fortalecimento do assentamento como paisagem socialmente construída, mas também como espaço de preservação ambiental e produção agrícola de base agroecológica na metrópole, viabilizando a geração de renda das famílias assentadas, com soberania alimentar, sustentabilidade e justiça social.

Objetiva-se, especialmente, promover atividades que propiciem a participação da comunidade enquanto sujeitos e não como espectadores na construção do projeto do Plano de Massas do assentamento, que contempla disposição das moradias, equipamentos coletivos, espaços de produção, acessos, caminhos internos, saneamento básico e áreas de preservação ambiental.

A regularização da área como assentamento rural é reforçada pela legislação urbanística vigente. Segundo o Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo (Lei 16.050/14), a área está inserida na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, território ambientalmente frágil, que tem como função precípua prestar serviços ambientais essenciais para a sustentação da vida urbana.

Dentro dessa Macrozona, a Comuna se insere na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental, que tem entre seus objetivos: qualificação urbana e



ambiental, promovendo habitação, equipamentos e serviços, a universalização do saneamento ambiental “com controle e cuidados ambientais [...] apoio e incentivo à agricultura urbana e periurbana.” (Lei 16.050/14).

Pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) de 2016 (Lei 16.402/16), a área é demarcada como uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), “porções do território do município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental”. Além disso o PDE traz um novo instrumento, os “Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem” (TICPs), que visa preservar o patrimônio cultural, natural e espaços de memória, trazendo a importância do caráter educativo da cidade, da participação social na gestão do espaço urbano e da cultura local. Na revisão do PDE foi demarcado o TICP Jaraguá/Perus e com a consolidação do assentamento esse poderá ser resguardado por este instrumento.

Dessa forma a regularização, e conseqüente consolidação, da Comuna Irmã Alberta, além de estar sustentada na legislação urbanística, enquadra-se como um ponto estratégico para o alcance dos objetivos da Macroárea de Controle e Qualificação Urbana. Uma vez que o acampamento, desde o princípio, vem se constituindo como um foco de resistência da agricultura familiar agroecológica importante para a preservação ambiental e para a contenção da expansão urbana. Configurando-se como uma área de amortecimento na transição urbano-rural.

Como está inserida na periferia do município de São Paulo, a área é vizinha de bairros com carência de infraestrutura e equipamentos públicos. Assim, após a regularização fundiária, será possível a construção de equipamentos públicos - como uma escola técnica em agroecologia e uma creche, demandas locais - que devem servir não somente aos moradores da Comuna como também aos do entorno. Além disso, por ser uma área de agricultura

familiar, suas imediações podem se configurar como núcleos de escoamento da produção agrícola. Portanto, a consolidação do assentamento também se mostra relevante pela relação com seu entorno.

A partir de experimentações práticas e alternativas de manejo da produção já realizadas na Comuna Irmã Alberta durante seus anos de existência, somado a sua particular localização dentro do perímetro urbano da maior cidade do país, é latente o potencial deste assentamento em se tornar um modelo de produção agroecológica para o MST e para assentamentos rurais como um todo. Por isso a constituição de uma escola técnica em agroecologia seria uma maneira de viabilizar e perenizar a vocação pedagógica do lugar.

A regularização fundiária da Comuna é fundamental do ponto de vista de sua viabilidade econômica, pois, segundo Catarucci (2014), em situação irregular os camponeses não conseguem acessar os créditos destinados à agricultura familiar e o escoamento da produção é dificultado pela falta de documentação da terra uma vez que não é possível a formalização de uma Associação de Produtores para a emissão de notas, por exemplo.

Com relação ao papel da universidade nessa problemática, entende-se que a extensão universitária tem potencial de atuação ao possibilitar a interação entre universidade e comunidade, favorecendo a troca de saberes e valores. Nesse projeto, a extensão funcionará como uma via de duas mãos, em que a universidade leva o que se realiza nas áreas de ensino e pesquisa à comunidade e, também, aprende com o conhecimento dessa população.

Mendonça e Silva (2002) afirmam que poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública e que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade pública.. Além disso, a extensão

é também a possibilidade da síntese teórica e prática, elementos fundamentais para uma formação acadêmica referenciada na realidade social, com suas necessidades e singularidades.

Neste contexto, os coletivos envolvidos buscam atuar junto ao movimento por meio da extensão universitária popular, que se compromete com a construção coletiva do conhecimento e do espaço. Dessa forma, faz-se fundamental o uso de metodologias de processos participativos, uma vez que se almeja obter como resultado um projeto que reflita as reais demandas e subjetividades dos moradores na construção coletiva da paisagem.

- BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel (org). *Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo; Editorial Nordan–Comunidad, 1999.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATARUCCI, Amanda F. M. *A produção do homem e da natureza no campo: a Comuna da Terra “Irmã Alberta” na reorganização da dinâmica da paisagem e seu inverso*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Dissertação de Mestrado em Geografia Física.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_ *Extensão ou Comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

- GOLDFARB, Yamila. *A luta pela terra entre o campo e a cidade : as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios*. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.
- LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1990.
- LIMA, P.C.S. Catharina; ARANHA, S.G. Carmem. *Paisagens periféricas – por uma fenomenologia do olhar na pedagogia da paisagem*. Anais do colóquio internacional Imaginário: construir e habitar a terra (ITCH), Lyon, 2017.
- MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. *Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras*. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIBEIRO, Dionara Soares. *Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. São Paulo : Expressão Popular, 2007.
- SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000. 138 p.
- SANDEVILLE, Euler; MANFRÉ, Eliane. *Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano*. São Paulo, 2014. Disponível em : <<https://goo.gl/Lsr9Zm>>, acessado em 13/07/2017.
- VIGEVANI, Tullo. 1989. *Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A dificuldade de elaboração do Projeto*. In Lua Nova 17.

GOVERNO DE SÃO PAULO. *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Decreto n. 47.094, de 18 de setembro de 2002

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Plano Diretor Estratégico 2014 - 2024*, Lei 16.050/14

## 4. Objetivos

### 4.1. Objetivo geral:

Elaboração de um plano de massas para a Comuna da Terra Irmã Alberta, auxiliando as famílias acampadas no projeto de assentamento a ser apresentado ao ITESP para a regularização e consolidação da área.

### 4.2. Objetivos específicos:

- Desenvolver junto aos estudantes envolvidos um ferramental metodológico para elaboração de projetos com participação social;
- Contribuir com o processo de regularização fundiária;
- Construir junto às famílias acampadas os conhecimentos necessários à elaboração de um Plano de Massas;
- Fomentar a incorporação do futuro assentamento dentro do perímetro TIPC (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem) Jaraguá-Perus;
- Fortalecer a agricultura periurbana de base agroecológica como forma de recuperação ambiental e preservação do Cinturão Verde da RMSP - parte da RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica)

## 5. Materiais e métodos

A presente proposta é uma iniciativa do Grupo de Construção Agroecológica e do Coletivo Caetés em parceria com o Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da FAUUSP (LabParc). Dessa forma, o projeto de extensão conta com a infraestrutura do laboratório e seu acervo.

O desenvolvimento do projeto foi dividido em 3 (três) etapas: A Etapa 1 - “Preparação das bases” - consiste em iniciar o processo de ambientação<sup>1</sup> do coletivo (grupos e bolsistas envolvidos no projeto) junto às famílias acampadas a através de visitas de campo quinzenais junto a lideranças locais e ao GAIA. Na preparação dessas visitas, os bolsistas devem coletar material georreferenciado (em fontes como GeoSampa, Emplasa, Censo-IBGE, Infocidade), sobre as características físicas, socioeconômicas e urbanísticas que configuram aquele território. Junto a esse levantamento, deverá ser feito outro socioeconômico, que ajude a ter um panorama da realidade social e histórico das famílias moradoras do acampamento.

Simultaneamente, no âmbito da universidade, o coletivo começará a formar um arcabouço teórico metodológico, que visa subsidiar a parte prática. Essa formação se dará por meio do Grupos de Estudo (a ser organizado pelos bolsistas) como “Formações Abertas” - encontros temáticos de estudo, que podem contar com a participação de convidados, divulgadas e abertas a qualquer interessado.

Serão 2 (dois) encontros por mês sobre os temas: 1) metodologias de participação social; 2) projetos de assentamentos rurais e pedagogia da paisagem; e 3) planejamento territorial e agroecologia.

---

<sup>1</sup> Segundo os princípios do trabalho popular colocado por Boff (1985).

Na Etapa 2 - “O imaginário coletivo sobre o território” - o que foi estudado na primeira parte será colocado em prática. Será articulada com as lideranças locais e membros do GAIA uma formação sobre o processo de regularização fundiária. Em seguida, serão feitas dinâmicas coletivas para elaboração de um diagnóstico participativo<sup>2</sup> do território (acampamento e entorno), subsídio para a realização do plano de massas - distribuição das áreas dos lotes, setores de produção coletivos, localização das infraestruturas, etc - do futuro assentamento;

Por fim, na Etapa 3 - “Fechamento e sistematização” -, acompanhando a entrega do projeto à ITESP, a equipe estará focada na sistematização de toda a experiência documentada e produção de material a ser publicado e disponibilizado, bem como a escrita de um artigo para ser submetido ao 65º CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia).

Assim, o projeto trabalha com o paradigma da educação popular e as principais concepções pedagógicas de Paulo Freire (2015), pois estas nos permitem o exercício de uma construção dialógica e não hierarquizada do conhecimento, atribuindo, assim, um valor de comunicação ao papel da extensão.

---

<sup>2</sup> BORDENAVE (1983).

## 6. Ações e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos(as) bolsistas

### 6.1. Etapa 1: Preparação das bases

ATIVIDADES Setembro → Novembro		CARGA HORÁRIA* (horas/ atividade /mês)	BOLSISTAS					
			A	B	C	D	E	F
Reuniões gerais de planejamento e balanço (4 vezes por mês)		10						
Reuniões específicas (GAIA Coordenação do MST e/ou poder público (1 vez no mês)**		4						
Grupo de estudos (formação abertas - 2 vezes no mês)	Preparação	4						
	Formação	4						
	Sistematização	4						
Preparação das visitas de campo - articulação com as famílias, preparação do questionários e demais materiais		6						
Visitas de campo (2 vezes no mês)**		16						
Relatório de campo / Tabulação dos dados		6						
CARGA HORÁRIA MENSAL POR BOLSISTA TOTAL			40	40	40	40	40	40

\*Carga horária estimada para cada bolsista referente à atividade assinalada por mês

\*\*Com tempo de deslocamento

### 6.2. Etapa 2: O imaginário coletivo sobre o território: Dinâmicas de diagnóstico e projeto participativo

ATIVIDADES Fevereiro →Junho		CARGA HORÁRIA* (horas/ atividade /mês)	BOLSISTAS					
			A	B	C	D	E	F
Reuniões gerais de planejamento e balanço (4 vezes por mês)		10						



Reuniões específicas (GAIA Coordenação do MST e/ou poder público (1 vez no mês)**	4						
Produção do maquetomóvel, peças gráficas e outros materiais para as oficinas de diagnóstico e projeto	4						
Preparação das visitas de campo - articulação com as famílias, preparação das atividades e dinâmicas	6						
Visitas de campo (1 vez no mês)** 1) Conversa regularização fundiária e 2) Oficinas criativas	8						
Relatório de campo / Organização do material coletado (fotográfico, audiovisual, etc)	4						
Sistematização das Informações   Produção das peças gráficas	8						
<b>CARGA HORÁRIA MENSAL POR BOLSISTA TOTAL</b>		40	40	40	40	40	40

\*Carga horária estimada para cada bolsista referente à atividade assinalada por mês

\*\*Com tempo de deslocamento

### 6.3. Etapa 3: Fechamento e sistematização

ATIVIDADES Julho → Setembro	CARGA HORÁRIA* (horas/ atividade /mês)	BOLSISTAS					
		A	B	C	D	E	F
Elaboração da publicação, relatório final e artigo (2 encontros semanais de 2h30 cada → 8/mês)	20						
<b>CARGA HORÁRIA MENSAL TOTAL POR BOLSISTA</b>		40	40	40	40	40	40

## 7. Resultados esperados e indicadores de acompanhamento

- Realização de 3 (três) rodadas temáticas de formações abertas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, sobre: 1) Metodologias de participação social; 2) Projetos de assentamentos rurais (MST/ ITESP/ INCRA) e a pedagogia da paisagem e 3) Agroecologia e planejamento territorial (dinâmicas rural-urbano);

- Confecção de material, 1 (um) para cada tema, sobre os conteúdos abordados pelo Grupo de Estudos nas formações 1, 2 e 3;
- Elaboração de um questionário sócio-econômico a ser aplicado às famílias residentes no acampamento e posterior tabulação dos dados;
- Coleta e sistematização gráfica de dados urbanísticos, sócio-territoriais e geofísicos do acampamento e entorno;
- 1 (uma) formação coletiva sobre processo de regularização fundiária junto às famílias, articulada com a coordenação regional do MST;
- Documentação sobre o processo de regularização fundiária e percepção das famílias sobre o mesmo;
- Realização de uma atividade de reconhecimento do território;
- A partir da atividade de reconhecimento participativo do território realizada junto às famílias obter um diagnóstico sobre as potencialidades e desafios a serem enfrentados no projeto do assentamento e 1 (um) mapa das demandas e desejos dos acampados para o assentamento;
- Realização de, no mínimo, 4 Oficinas Criativas com os acampados para elaboração do plano de massas para o projeto do assentamento;
- 1 (um) plano de massas sistematizado a partir das Oficinas Criativas;
- 1 (um) publicação com a sistematização de toda a experiência registros e material acumulado ao longo do projeto;
- 1 (um) artigo a ser submetido no 65º CBA (Congresso Brasileiro de Agroecologia) - 2018.

## 8. Cronograma de execução

	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Seleção dos bolsistas													
<b>Reuniões gerais</b> de planejamento e balanço													
<b>Reuniões específicas</b> (GAIA, Poder Público e/ou Coordenação do MST)													
<b>Grupo de Estudos</b> Formação Aberta 1: metodologias de participação social													
<b>Grupo de Estudos</b> Formação Aberta 2: projeto de assentamentos rurais (MST/ ITESP/ INCRA) e a pedagogia da paisagem													
<b>Grupo de Estudos</b> Formação Aberta 3: agroecologia e planejamento territorial (dinâmicas rural-urbano)													
<b>Visitas de campo</b>													
<b>Coleta de dados sobre a área</b>													
<b>Aplicação dos questionários</b>													
<b>Sistematização das informações coletadas</b>													
<b>Relatórios Parciais</b>													
<b>Roda de conversa:</b> sobre processo de regularização fundiária (MST, GAIA, famílias e convidado(a))													
<b>Diagnóstico participativo:</b> Dinâmica de													

reconhecimento do território circundante													
<b>Oficinas Criativas:</b> Processo de projeto do plano de massas													
<b>Evento:</b> “Prosa e Muvuca” - pequena palestra com a temática: “A (Re)existência dos Territórios da Cultura e da Paisagem de Perus e região” seguido de reflorestamento de espécies nativas													
<b>Sistematização das Oficinas Criativas e fechamento do plano de massas para o projeto do assentamento</b>													
<b>Sistematização para publicação e escrita do artigo</b>													
<b>Relatórios Finais</b>													

## 9. Outras informações

Como dito anteriormente, esse projeto ocorre no âmbito do LabParc da FAUUSP. No entanto, conta também com o apoio do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade) e do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), ambos da FAUUSP.